



A relação simbólica nas seleções acadêmicas de pós graduação

Carlos Sidney Avelar Araújo¹

Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE

Resumo: Este estudo tem como temática central o processo de seleção acadêmica de mestrado na área de humanas. Constrói-se um percurso questionador a partir de pressupostos teóricos do poder simbólico e sua ação no campo a que se vincula (Bourdieu, 2010), da voz representacional do poder (Moscovici, 2001), do apagamento da voz que se torna silenciosa pela ação do poder (Baudrillard, 1985), percurso cujo tronco norteador se ancora na linguagem e sua performatividade (Austin, 1962). E por essa teia teórica, organizam-se dois tipos de campo performativo: um que se arvora de constatividade da voz do poder, e o outro que luta pela entrada no campo acadêmico. Ou seja, problematiza-se a relação de poder que se estabelece entre aquele que performativa uma avaliação e seleciona, seja da ordem da exclusão ou da inclusão, e aquele que espera o resultado de um processo avaliador. De um lado, o acadêmico, a voz da representação do poder do saber que determina a tessitura da seleção e o percurso de sua práxis. De outro, o candidato, pela práxis de provar que pode habitar o campo do saber. Desta relação o poder simbólico emerge como nutridor de uma relação entre sujeitos, que ocupam locus representacional diferente: uma voz acadêmica ouvida e reverenciada, daí sua força representacional, e uma voz silenciosa que se perde na massa de um querer, nem sempre alcançado e possível.

Palavras-chave: poder simbólico, identidade, representação.

Abstract: This study has the Selection Process for Master Programs in the area of humanity as the central theme. A questioning path is built from: the theoretical principles of the symbolic power and its action in the camp it is bouded (Bourdieu,2010), the representational voice of power (Moscovici,2001), the deletion of a voice which becomes silent by the action of power (Baudrillard,1985), a path that is oriented by the language and its performativity (Austin,1962). And through this theoretical web, two different types of performative camps are organized: one which assumes the constativity voice of power and the other which fights to make part of the academic camp. In other words, this article problematizes the power relationship that is established between the one who performatizes an evaluation and select, including or excluding, and the one who waits for the results of an evaluation process. On one side, we have the academic, the representational voice of power, of knowledge, who sets the tessitura of the selection process and the path of its praxis. On the other side, the candidate, for the praxis to prove he/she can room the camp of knowledge. From this relationship the symbolic power emerges as the nourisher of a relationship between subjects, who room a different representational locus: an academic voice heard and revered, where comes his representational power, and a vanishing silent voice which disappears at the mass of a wish, not always reached and possible.

Keywords: symbolic power, identity, representation.

Todo abismo é navegável a barquinhos de papel.

(Guimarães Rosa)

¹ carlossidney@yahoo.com



1. Considerações

Neste artigo, trato da relação simbólica entre o candidato a academia e o acadêmico no palco das seleções acadêmicas de mestrado – pontuando identidades e representações sociais que aí se constroem. Problematizo o processo das seleções acadêmicas de mestrado do Estado do Ceará, que em grande parte apresentam as seguintes etapas: análise de anteprojeto, avaliação escrita, análise do *curriculum vitae*/histórico escolar e entrevista. O resultado da seleção se faz por normas classificatórias e/ou eliminatórias em cada etapa, esclarecidas em editais. O *corpus* é composto de duas entrevistas: uma com um professor de seleção e outra com um candidato que participou de uma seleção à academia. E a rede teórica utilizada tem como finalidade preencher a argumentação analítica dos jogos de força estabelecidos no espaço acadêmico, adotando perspectivas das ciências sociais sob o pilar das temáticas poder e representação.

2. Pressupostos teóricos

O sociólogo francês Pierre Bourdieu, na obra *O Poder Simbólico* (2010) nos apresenta uma concepção de poder que, posicionado em um determinado campo, o vemos em todas as partes e não o vemos em parte alguma e que se faz necessário descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde seria mais invisível. Ao falar da organização das forças nesse campo, ele afirma:

Graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos *sistemas simbólicos* em forma de uma *illocutionary force*, mas que se define numa relação determinada - e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão



sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. (BOURDIEU,2010.p.14)

Em Bourdieu, *habitus* são conhecimentos adquiridos que indicam uma disposição incorporada, quase postural em um estado implícito, onde não temos mais a necessidade de pensar para se orientar e se situar de maneira racional num espaço. Existe aí todo um processo de inculcação de valores, normas e crenças que nos levam a uma reprodução destes mesmos. O *habitus* “é aquilo que confere as práticas a sua relativa autonomia no que diz respeito às determinações externas do presente imediato” (2010,p.56). Ou seja, aponta para uma aptidão não natural, mas social de cada indivíduo, que pode ser diferente em determinado espaço de tempo e lugar e que se dá pela distribuição de poder, que é transferível para os mais diversos domínios da prática, como nossas escolhas políticas dentre outras, assim nos faz entender Loic Wacquant².

Campo é um espaço socialmente constituído, que tem autonomia e que tende a criar regras próprias. Não é um espaço necessariamente físico; é um campo de disputa e está constantemente em um processo de mudança, mas que não muda automaticamente. Cada campo está inserido em um contexto de disputa com outros campos por dominação. Enquanto campo daria conta de refletir questões da objetividade dos fenômenos analisados, *habitus* responderia pela análise das suas subjetividades. Formam juntos um par ontológico, onde um se realiza no outro, onde não se pode pensar um sem o outro, e que juntos nos ajudam a entender o jogo de forças que atua em diferentes espaços:

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, *tornar necessário*,

² Disponível: <http://sociology.berkeley.edu/faculty/wacquant/wacquant_pdf/ESCLARECEROHABITUS.pdf> Acesso em: 18 mai. 2011.



subtrair ao absurdo do arbitrário e do não motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga reduzir ou destruir. (BOURDIEU, 2010, p.69)

Também será considerado para compor o chão da nossa análise o conceito de Representação Social de Moscovici (2001) que se alia a outras posições nocionais de como a representação social pode ser constituída. Para este autor as representações individuais estão no âmbito da impessoalidade, enquanto que as representações coletivas na sociedade na sua totalidade.

Já Jean Baudrillard (1985), nos provê de argumentos para alocar o candidato em espaço sem voz e sem face ao percebermos esse candidato como massa, por conseguinte não sujeito, passivo, não consciente da sua posição no espaço social que está inserido.

3. Tipo do acadêmico e do candidato à academia

3.1 Acadêmico

Começo relação de campo com a noção de território adotada por Haesbaert (2006) em que aborda território não como linhas geográficas, mas como um espaço simbólico-cultural. Podemos separar o campus da academia em dois territórios: (1) espaço em que o acadêmico se relaciona com o acadêmico; (2) espaço do acadêmico com o candidato. Em ambos os sub-espços o jogo de forças de poder atua:

Nesse mundo comunitário da universidade, seja nas relações de harmonia, seja nas de conflito, os representados - docentes e pesquisadores -, ou se perdem na massa sem vozes e sem faces ou denuncia aqueles da não voz, que habitantes das margens do



poder, demonstram a possibilidade da agência pelas bordas (BUTLER, 1997 *apud* MARTINS FERREIRA, 2010).

No primeiro espaço abordamos o espaço do acadêmico em relação ao seu par acadêmico, em que

a práxis do poder diretivo e docente exercem representação, lugar em que os representados são atingidos por atos perlocucionais (AUSTIN, 1962 *apud* MARTINS FERREIRA, 2010), cujas políticas de representação descortinam construtos identitários pautados pela diferença e pela reivindicação de identidade (RAJAGOPALAN, 2003; 2004 *apud* MARTINS FERREIRA, 2010), e em outro plano o espaço relacional do acadêmico com o social maior, a sociedade como um todo, onde também esse território acadêmico está inserido.

O acadêmico, representante da academia, “fala por” e “re-(a)presenta”, onde esse “falar por” (falar pelo outro), representa a ação política de uma figura em relação a representados (SPIVAK 1994, p. 70 *apud* MARTINS FERREIRA, no prelo).

Pensemos a *figura* a que se refere Spivak, como sendo a Academia. Como se dá então essa representação (do acadêmico em relação a Academia)? Moscovici (2001, p.47) nos ajuda a entendê-la melhor:

Compreende-se que tal representação [*acadêmica*] seja homogênea e vivida por todos os membros de um grupo da mesma forma que partilham uma língua. Ela tem por função preservar o vínculo entre eles, prepará-los para pensar e agir de modo uniforme. Ela é coletiva por isso e também porque perdura pelas gerações e exerce uma coerção sobre indivíduos, traço comum a todos os fatores sociais. (grifo meu)

Logo, representações podem ser coletivas ou individuais:



As representações individuais são variáveis e trazidas numa onda ininterrupta, seu conceito é universal, fora do vir-a-ser e impessoal, tem por substrato a consciência de cada um, enquanto que as representações coletivas, a sociedade em sua totalidade (DURKHEIM, *apud* MOSCOVICI, 1968, p.47).

Penso que, se o que o acadêmico, ou como qualquer outro sujeito representante, não se delimita limites individual e coletivo, para um candidato que busca ou a instituição (coletivo) e/ou a pessoa (individual) pode parecer difícil distinguir quais as políticas que atravessam o momento da seleção, na medida em que Moscovici propõe a inviabilidade da separação entre individual e coletivo. A representação mesclada ocupada pelo acadêmico fica nebulosa ao candidato-entrevistado (anexo 2, questão 7). Entraram aí, talvez conceitos éticos pleiteados pelo candidato-entrevistado: *Acho assim, que se o professor ajuda um candidato, tem que ajudar a todos, se orienta um, tem que orientar a todos os que o procuram. Não acontece bem assim, vejo casos de colegas que tiveram ajuda do professor e outros não tiveram... Não sei que ética é essa que diz que o professor pode orientar uns e outros não.*

Essa incapacidade de separar representações coletivas e individuais (não só por Moscovici, mas também por parte do candidato em relação ao acadêmico) é que talvez possa levar nosso candidato-entrevistado a duvidar da postura ética do acadêmico. Ele não consegue delimitar a pessoa da instituição em caso de uma exclusão avaliativa.

A voz do acadêmico-entrevistado se pautou, de um lado, por uma defesa do sistema de avaliação o qual também preside (anexo 1, questão 2): *O modelo em si, sem levar em conta as subjetividades e políticas da seleção pode ser considerado pertinente; pois à entrada da academia devem ser exigidos alguns quesitos*, de outro, nosso acadêmico-entrevistado não deixou de reconhecer os aspectos negativos como o de excluir. O acadêmico faz uma defesa do rigor que não deve ser abolido da avaliação de um candidato, mas indica, seja qual for o contexto – ou de inclusão ou de exclusão – que a polidez pode ser continuamente agregada (anexo 1, questão 9). Ou seja, a violência simbólica que candidatos vivem pelo rigor ao cumprimento das normas e regras desse campo – sistema de classificação/avaliação (reconhecido como excludente, uma vez que existem aprovados e reprovados) –, uma vez



apresentado com uma linguagem mais polida, vai apenas mascarando, suavizando a linguagem que materializa esse rigor, o que ainda assim não anula os efeitos da violência simbólica sofrida pelo candidato. Este é um ponto que sem dúvida merecerá uma reflexão mais ampla, dada a sua complexidade, pois o acadêmico admite que o processo de seleção de mestrado carrega em seu seio processos de subjetividade e de política na sua condução.

Em seguida, quando questionado (anexo 1, questão 3) se alteraria algum segmento da seleção, ele reflete: *Eu não faria da prova de proficiência uma questão eliminatória, pois ela poderia ser preenchida posteriormente*. Mesmo que teoricamente Moscovici (ano) pleiteie a junção das duas dimensões representacionais, o fato de o acadêmico pensar em uma modificação no modelo selecionador de candidatos expõe uma desafinação entre uma representação coletiva (institucional) e uma representação individual (enquanto um sujeito, indivíduo representando a instituição). Vejo como sendo natural discordar dos processos aos quais conduzimos, mas que por força de uma representação institucional acabamos por reproduzi-las. A questão que devemos considerar é quando essas posições individuais éticas transbordam em “insatisfações” e discordâncias com relação às políticas coletivo-representacionais a que cada acadêmico se vê “obrigado” a reiterar, insatisfações estas que estão no âmbito das representações individuais, e que a meu ver, estão permeadas de subjetividades. Aprofundando tal discussão, Martins Ferreira (2010, p.38) ratifica minha posição na análise das palavras do acadêmico-entrevistado:

E partir do poder pode-se entender o que chama de controle, norma, disciplina [inerentes a qualquer seleção acadêmica] onde se movimentam os processos de subjetivação. Junto a esse autor [Michel Foucault], a sociologia antropológica de Michel Maffesoli (2009, 2007, 2006, 2005) se imiscui para perfilar os movimentos identitários de uma pós-modernidade, em que o eu existe pela perspectiva do outro, em que o eu se acomoda no outro, em que o outro se impõe para a existência do eu, em que grupos “tribais” acolhem o eu pela pertença (grifos meus).

Uma vez entendendo que as representações são ao mesmo tempo construídas e adquiridas (MOSCOVICI, 2001), capturar os sentidos dessas representações é ir além do



próprio Moscovici. O acadêmico-entrevistado sugere (anexo1, questão 3.2) que não deveria haver nenhuma etapa eliminatória, mas uma avaliação em conjunto das 4 etapas, e avançando essa discussão ele pondera: *“As minhas respostas não estão ainda levando em conta a questão da subjetividade e da relação que se estabelece entre candidato e professor avaliador. Questão de suma relevância em que ética deve ser a mola mestra.”* Percebe-se aqui e também a partir da análise das respostas em outras questões feitas acima, de que só a ética seria capaz de “domesticar” as subjetividades de cada avaliador. Ele nos apresenta uma ética que deve controlar as subjetividades de cada acadêmico³. Mas que ética é essa de que nos fala nosso acadêmico-entrevistado? Na questão 6(anexo 1) ele responde: *“Não avaliar positivamente apenas um candidato, porque sua pesquisa tem muito a ver com a do professor que seleciona e não ter uma posição ética.* Temos aqui o reconhecimento do acadêmico de que a ética pode não vir acompanhada no momento das aplicações institucionais. Sua fala exemplifica o jogo entre as leis institucionais e a prática pelo seu representante.

Para falar do campo onde ocorrem seleções de mestrado e do *jogo simbólico* que aí é travado, uso a metáfora:

No jogo mostram-se as cartas. Ou tudo ou nada. E estuda-se o parceiro. Ele chega, sem ser conhecido ainda. É preciso uma observação mais fina, para descobrir a verdadeira natureza do parceiro. Saber quem, com o tempo se mostrará ou não suportável, ajustar a ele o seu comportamento. Isso se chama “estudar” e exige na opinião geral, pelo menos três semanas, um mês, às vezes mais, para que o recém chegado se acostume com o estilo de vida, seja domado. Uma atitude discreta e atenta é então indispensável; uma reserva prudente limitará os riscos e problemas (JODELET, 2005, p. 167).

Sistemas de avaliação e de classificação pressupõem a inclusão e também, claro a exclusão, como já foi debatido anteriormente. Em um processo de seleção de mestrado

³ Subjetividade aqui vista como manifestação dos nossos desejos e vontades (não necessariamente examinada pela razão) que é diferente da objetividade do conjunto de princípios que norteiam um comportamento ético.



dividido em 4 etapas⁴, onde 3 são eliminatórias⁵, reforça claramente a avaliação do tudo ou nada do jogo descrito por Jodelet. Quando questionado se o caminho de vida do candidato com o seu caminho teórico devem ser levados em consideração no momento da análise do anteprojeto do candidato nosso acadêmico-entrevistado (anexo 1, questão 4) pontua: *“Não podemos tirar a chance de o candidato optar por outro caminho teórico. A própria maturidade do candidato, percebida nas etapas de seleção, por sua redação e argumentação pode ser avaliada e sentida pela banca examinadora”*.

O edital, no dispositivo que trata dos candidatos aprovados, mas não classificados, parece contradizer as palavras do nosso acadêmico-entrevistado. No item 5.4 do edital analisado que trata de candidatos aprovados, mas não classificados parece dizer exatamente o contrário: *“Os candidatos aprovados, mas não classificados para o orientador escolhido, poderão candidatar-se para vagas não-preenchidas de outro orientador, na mesma linha de pesquisa, desde que (a) concordem em redirecionar, ou mesmo modificar completamente a sua proposta de pesquisa; (b) sejam formalmente aceitos pelo novo professor orientador. O candidato terá prazo de até 07 (sete) dias para apresentar uma nova proposta de pesquisa.”*⁶. O que mostra outro ponto de dissonância entre aquilo que está circunscrito no edital e o que pensa nosso acadêmico-entrevistado que compõe banca de seleção.

O acadêmico entrevistado, ao ser questionado se ele vê a reprovação como exclusão (anexo 2, questão 11) afirma: *“As inclusões que são feitas em seleção caminham juntas com as exclusões, processos que caminham juntas. A exclusão se torna uma violência quando é feita fora da ética.”* Inclusões e exclusões em um processo de seleção de mestrado se dão pelo processo de avaliação e de classificação. No *campus* acadêmico, o poder (de avaliar, por exemplo) de cada professor que compõe bancas de seleção de mestrado é uma reivindicação constante pelo respeito ao seu espaço, pela sua posição nesse *campus*. Pensar na possibilidade

⁴ A seleção aqui se refere aquela a qual o candidato entrevistado participou como inscrito.

⁵ Deve-se levar em consideração que apenas a última etapa (entrevista) não é eliminatória. Ainda assim, quando há empate entre dois candidatos aprovados mas não classificados, onde há uma vaga ociosa para um professor da mesma linha, esses dois devem, uma vez interessados na vaga ociosa, aceitar redirecionar ou até mesmo modificar completamente sua proposta de pesquisa para que sejam formalmente aceitos pelo professor.

⁶ Disponível em: <<http://www.uece.br/posla/dmdocuments/chamadapublicaselecao2010.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2011.



de que a validade de sua avaliação só seria reconhecida como legítima se fosse observada de algum modo também pelo colega acadêmico, me levaria à tentação de concluir que a posição ética (de que nos fala nosso acadêmico entrevista logo acima) ainda que minimamente, deveria de fato ser um instrumento das avaliações.

3.2 Candidato

Editais de seleção de mestrado são elaborados por acadêmicos para estruturar tais processos. Materializam um *campus* acadêmico específico onde os candidatos: “Não possuem um poder real, não tem poder de compor sistemas de regras e normas, de sancioná-las, vetá-las, modificá-las ou ainda de sequer sugerir aprimoramentos (BOURDIEU, 2007, p. 7). Temos um exemplo, a partir da voz do nosso candidato-entrevistado, da violência simbólica produzida pelas regras desse sistema de avaliação (anexo 2, questão 9): *É muito ruim, péssimo, porque a gente se prepara um bocado, dá o sangue e aí você não passa, depois você nem pode ir atrás de saber porquê, porque eles dizem que não pode, porque o processo ainda tá correndo e tal. Aí depois que o processo acaba você já tá cansado, danado da vida, não quer mais saber de nada, acaba deixando pra lá. Você sabe que não vai dar em nada mesmo, nunca deu...*”

Percebe-se o poder desse candidato: “É um poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder (também subordinadas)” (ibid, p.15) A inculcação dessas normas e regras materializam um lugar (*habitus*) onde candidatos à academia já não conseguem mais percebê-las como não naturais, como criadas por seres humanos que ocupam posição de poder e de dominação no campo acadêmico. A prática, o hábito de não “ir atrás” foi fazendo o *habitus* de uma voz silenciada pela imposição das regras criadas pelo selecionador para este campo acadêmico. Há claros sinais de descontentamento por parte do nosso candidato-entrevistado com o sistema de avaliação a que foi submetido, mas esse descontentamento que poderia levar a uma tomada de posição de reivindicação se perde na aceitação da posição de dominado (anexo 2, questão 9): “*Não vai dar em nada mesmo, nunca deu*” diz ele. Vemos isso ainda



mais intensamente na sua fala ao afirmar (anexo 2, questão 5): *“Eu aceito as normas e as regras de uma seleção de mestrado, afinal, tudo tem que ter regra né...”*, ou seja, ele não procura no seu discurso os *a priori* da concepção que levaram à elaboração das regras que compõem uma seleção acadêmica de mestrado. Essa perspectiva me leva a ver candidatos à seleção de mestrado como massa. Como diz Baudrillard (1985, p. 10):

Na representação imaginária, as massas flutuam em algum ponto entre a passividade e a espontaneidade selvagem, mas sempre como uma energia potencial, como um estoque de social e energia social, hoje referente mudo, amanhã protagonista da história, quando elas tomarão a palavra e deixarão de ser a “maioria silenciosa”.

Essa “massa silenciosa” (os candidatos) não tem direitos porque não tem poder; seus “movimentos” são todos conduzidos, engessados, controlados pelas normas legais dos editais de seleção. Essa “massa silenciosa” só deixará de ser massa quando forem aprovados em todas as etapas das seleções onde se inscreveram, quando tiverem a chancela e o reconhecimento por parte do acadêmico das *competências* necessárias para entrar em um mestrado. E, uma vez habitando esse espaço acadêmico (espera-se) poderão promover discussões que questionem os sentidos, os efeitos de tais seleções, passando a agir como construtores, interventores, debatedores de visão crítica, onde não serão mais massa, mas sujeitos conscientes da importância do seu papel de promover dentre outros, um debate onde se possa pensar uma saída para a prática da inclusão, que não seja pressuposto de uma exclusão, buscando pela desapropriação, desarticulação das formas de violência simbólica, ao reconhecer os mecanismos que o engendram.

Os diferentes percursos de estudantes de graduação, no aspecto da produção científica e o conhecimento exigido desses candidatos por seleções de mestrado parecem ser outro fator que faz com estes partam na disputa por uma vaga em um programa de mestrado em vantagem ou desvantagem. Em alguns cursos de graduação a apresentação de monografia como trabalho final de curso está presente mais fortemente presente nos cursos de bacharelado e menos nos cursos de licenciatura. Foi observado a partir do programa da grade curricular de alguns cursos de graduação da área de humanas (bacharelado) um número



considerável de disciplinas que dariam uma ênfase maior ao desenvolvimento de pesquisas, dotando seus alunos de melhores condições de seguirem uma carreira acadêmica, enquanto que nos cursos de licenciatura a ênfase maior foi percebida de disciplinas que preparariam seus alunos para a prática do ensino.⁷ Essa análise nos leva a entender de certo modo a voz do nosso candidato-entrevistado quando perguntado sobre as dificuldades no trabalho de elaboração do pré-projeto (anexo 2, questão 3.1): *“Foi muito difícil pra mim. Como fazia 5 anos que havia colado grau e não tinha feito especialização e nem tinha sido bolsista, eu não possuía experiência nenhuma em escrever pré-projeto/projeto, em escrever nada, até porque na graduação isso também não era exigido”*.

Não se trata aqui de negar que as disposições que cada aluno de graduação, de candidatos a academia possuem não possam levá-los a uma busca por preencher esse “vácuo” deixado pela não exigência por parte de alguns cursos de licenciatura da apresentação de trabalhos científicos. O que deve ser levado em consideração é que programas que não dão tanta ênfase a produção científica dos seus alunos, sublinham o descompasso entre aquilo que é demandado em uma caminhada de graduação (licenciatura) e aquilo que é demandado em seleções acadêmicas de mestrado. Esse descompasso é aqui apresentado com um dos fatores que podem levar candidatos a terem mais dificuldades em diferentes etapas de uma seleção. Dificuldades estas que marcarão vantagens e desvantagens nessa disputa por uma vaga no mestrado.

Em um dos trechos em que se pôde perceber uma maior indignação do candidato-entrevistado, se deu exatamente quando questionado (anexo 2, questão 2) se havia feito alguma disciplina como aluno especial para conhecer melhor o professor a quem pretendia uma vaga: *“Sim, fiz uma disciplina e um seminário. A disciplina que fiz foi tranquila, o contato se deu sempre de uma maneira muito amistosa, mas o professor, sempre que fazia alguma pergunta sobre a seleção ou pedia ajuda de algum modo se esquivava, dizia que não podia ajudar. Daí que eu perguntei a outro candidato e ele falou que aquele mesmo professor não se negou a dar uns toques e tal. Fiquei muito chateado, mas já tinha ouvido histórias como essa*

⁷ Os programas a que se refere esse artigo não está aqui disponível por questões de limitação de espaço nos anexos.



já... No seminário, com outro professor, também foi bem tranquilo. Mas ele já não se opôs a me dar alguma orientação.

Ao fazer uma análise do edital de seleção do qual participou nosso candidato entrevistado, não foi encontrado nenhum item em que não fosse permitido a ele ter qualquer tipo de contato com o acadêmico em momentos que antecedessem o processo de seleção. Considero que uma preocupação por parte do acadêmico em se distanciar dos candidatos se dê por uma preocupação com um comprometimento ético com o processo de seleção. O campo acadêmico é um campo como qualquer outro, com regras, normas, princípios que vão fazendo o *habitus* acadêmico. Compreendo que se o acadêmico tem comportamentos distintos com diferentes candidatos à academia, concedendo a uns alguma orientação que possa vir a ajudá-los na seleção e a outros não, a meu ver, assim o faz porque não teve incorporado muito bem esse *habitus* ético que deve ser comum ao acadêmico, de tal sorte que ainda está exposto as suscetibilidades das próprias subjetividades. O lamento nesse caso seria da ausência não de uma “Maturidade Intelectual” (anexo 1, questão 5) - que exige nosso acadêmico-entrevistado do candidato - mas talvez a de uma “Maturidade Acadêmica” por parte dos acadêmicos.⁸

Candidatos à academia sequer se conhecem e ainda que se conhecessem, não deixariam de se reconhecerem como “rivals”, é o local e o momento de competição para uma vaga no mestrado. Em um contexto como esse, é quase impossível se pensar qualquer tipo de mobilização coletiva que se pretenda reivindicar relações menos assimétricas e mais transparentes por parte dos condutores do sistema de avaliação e classificação de seleções.

Não existe, por exemplo, nenhum dispositivo no edital que conceda ao candidato o direito de revisão de prova. A meu ver, candidatos não se vêem como pares. São massa, por conseguinte excluídos dos debates que criam as regras as quais serão obrigadas a seguir, mas ao mesmo tempo vem de um grupo maior de massa (graduados), que também são excluídos dos mesmos processo, e “Uma vez que procedem de camadas excluídas, que se afligem com a falta de possibilidade de escolher numa sociedade em que ser um indivíduo é equivalente a ser

⁸ O uso do termo Maturidade Acadêmica empregado se refere a uma renúncia que cada acadêmico deve fazer de suas afetividades, predileções na hora de fazer suas escolhas nas avaliações, permitindo que o *ethos* do avaliador comprometido com a condução ética de cada etapa de uma seleção acadêmica de mestrado seja incorporado.



um livre selecionador, mas em que a liberdade prática de escolha é um privilégio” (BAUMAN, 1998. p. 244). Mostrando outro aspecto de uma fala já citada acima, nosso candidato apresenta uma visão bem pessimista quanto a qualquer possibilidade de que os processos de seleção de mestrado possam vir a ser mais transparentes: *“Aí depois que o processo acaba você já tá cansado, danado da vida, não quer mais saber de nada, acaba deixando pra lá, você sabe que não vai dar nada mesmo, nunca deu”* (anexo 2, questão 9).

Com isso vemos que as massas, a que pertence nosso candidato-entrevistado,

Isoladas em seu silêncio, não são mais sujeito, não podem ser faladas, articuladas, representadas... não sendo sujeito, elas não podem ser alienadas – nem em sua própria linguagem (elas não tem uma) nem em alguma outra que pretendesse falar por elas. Fim das esperanças revolucionárias (BAUDRILLARD, 1985. p.22).

Nas avaliações os candidatos não são identificados pelo nome e sim por número – procedimento justificado por uma política de maior isenção por parte do avaliador com relação à prova do candidato; desse modo, justifica-se dizer que o candidato-autor do que é escrito não tem uma face, um rosto, um nome, um corpo, é um texto. E como número, no meio dos outros números se perde. O que escreve é marcado pelas experiências que viveu ao longo do seu percurso como estudante de graduação⁹, a partir do contato com outros universitários, professores, leituras... Percebemos que: “Há resíduos e impulsos indiretos da voz social, mas ela se perde, já que não tem representação (MARTINS FERREIRA, 2006,p.39). Na verdade esse candidato não é agente, não é sequer representante da massa dos graduados, porque não tem voz, ele é só desejo e vontade de habitar o Olimpo¹⁰, vontade de também ser detentor do capital cultural que o acadêmico possui.

⁹ No caso de alunos que saem da graduação (sem participação em programas de iniciação científica) e tentam seleção de mestrado, sem antes terem feito um curso de especialização.

¹⁰ Explico o uso da palavra Olimpo a partir de uma analogia, onde temos os candidatos, habitantes terrestres que querem habitar esse espaço divino (Academia) cujos moradores são os acadêmicos (deuses, semideuses).



4. Conclusões

É em um contexto social de disputa e de luta pela defesa dos interesses individuais que se confundem com os interesses coletivos e vice versa que se dará a manifestação das subjetividades de cada acadêmico que compõe o colegiado de uma seleção de mestrado. As vozes dos nossos entrevistados expuseram como as fronteiras simbólicas que separam posições tão antagônicas estão bem estruturadas. De um lado, temos a voz do dominado, do excluído, do “desprivilegiado”, inserido em um *habitus* que cristalizou nele a idéia de naturalidade dos processos de avaliação e de classificação, cujos sentidos reais escapam ao seu imaginário e que acaba por isso legitimando a posição do acadêmico nesse *campus* acadêmico. Seu discurso é um discurso cheio de “feridas”, por isso sua voz se mostra mais ativa, clara, direta e objetiva. Do outro lado, temos a voz do dominador, do “privilegiado” que se faz presente na fala do acadêmico: que admite as subjetividades e a política presentes em cada seleção de mestrado e se ampara na ética e em uma mudança na linguagem, mais polida, na condução desse processo; que sugere mudança, expondo a sua insatisfação com relação ao modelo de seleção presente no edital analisado, mas nem por isso deixa de ver, nos processos de seleção, uma questão própria da sociedade hierárquica. Suas respostas são um pouco menos objetivas, há uma preocupação maior com um comprometimento com as questões da entrevista, embora não tenha fugido às inflexões que as mesmas perguntas pediam.

Esses dois lados revelam a urgência de uma reflexão mais aprofundada desse campo de tensões sociais. Percebe-se claramente que esta é uma relação marcada por uma violência simbólica que decorre da relação estruturada estruturante que se estabelece (Bourdieu, 2010). A proposta deste artigo não foi de buscar verdades últimas acerca dessa relação simbólica entre acadêmico e candidato à academia, nem tão pouco fechar questões, até mesmo pela limitação das duas únicas entrevistas que compõem seu *corpus*. Pelo contrário, ele abre para um debate, que até então não havia sequer sido pensado em apresentação de trabalhos em congressos, em artigos científicos. É um texto embrionário, que serve de ponta pé para o desenvolvimento da dissertação do trabalho científico do presente pesquisador.



Referências

BAUDRILLARD, J. **A sombra das maiorias silenciosas**: o fim do social e osurgimento das massas. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. (Trad. Mauro Gama) Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. São Paulo: Papirus, 2003.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 6ª.ed. (Vários tradutores). São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **O poder simbólico** (Trad. Fernando Tomaz). São Paulo: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAEDRT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. 2a. Ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.

JODELET, Denise. **Loucuras e Representações sociais**. (Trad. Lucy Magalhães) Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2005

MARTINS FERREIRA, D. M. **Multiculturalismo e Generalizações**. Disponível em <http://www4.pucsp.br/pos/lael/intercambio/pdf/martins_ferreira.pdf>. Acesso em: 17 set. 2010.

_____. **“Meta-representação”**: representando a representação social e cultural. *No prelo*

_____. **O discurso acadêmico, “tribalismo” e políticas de representação**: Para uma nova academia. Projeto de pesquisa. Programa de Pós-graduação em Lingüística Aplicada-UECE. 2010.

MOSCOVICI, Serge. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, Denise (org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

SOUZA, Aguinaldo Moreira de. **Texto e cena**: operações tradutórias da corporalidade. Série Especial - Arte & Educação, Londrina/Pr, 2005.



Anexo 1 - ENTREVISTA COM O PROFESSOR-ACADÊMICO

- 1- Na sua avaliação, qual o perfil de um bom candidato à vida acadêmica?
É uma questão pra lá de subjetiva, pois cada professor de seleção tem suas próprias expectativas, o que não quer dizer que essas expectativas sejam justas ou injustas pelo olhar do outro, mesmo que a instituição tenha os seus critérios estabelecidos legalmente. Constatar um perfil é pra lá de perigoso, pois pode estar em um topos virtual da realidade que nos cerca. Por exemplo, se vou certificar, como auditor ad hoc do MEC, uma determinada faculdade em uma periferia do Rio de Janeiro, o que já me aconteceu, o perfil que espero dessa instituição não é de gerar pesquisadores e sim professores que possam atuar naquele espaço para um intervenção social profícua no ensino. Cada situação é uma situação, cada momento é um momento. Em todas as questões a “situação” deve ser avaliada com ética e bom senso. É uma razão sensível que poderia gerar uma resposta, não necessariamente uma solução.
- 2- Você concorda com o modelo de seleção de mestrado do qual participa?
O modelo em si, sem levar em conta as subjetividades e políticas, da seleção pode ser considerado pertinente; pois à entrada da academia devem ser exigido alguns quesitos. Toda a seleção, mesmo fora, da academia sofre um processo de seleção, questão própria de uma sociedade hierárquica. Ao candidato deve ser dado uma bibliografia mínima que deve dominar, o que lhe dá a chance de preencher uma das etapas importantes da seleção.
- 3- Você alteraria algum segmento na seleção do candidato?
 - 3.1- Uma primeira opção: *Eu não faria da prova de proficiência uma questão eliminatória, pois ela poderia ser preenchida posteriormente, dando uma chance ao candidato, como acontece em outros programas de pós-graduação. Pelo menos na época em que fui candidata, essa questão era opcional e até posterior. No entanto, o momento histórico atual é diferente e só fazendo uma pesquisa é que poderia dar uma assertiva a respeito.*
 - 3.2- Uma segunda opção: *não haver nenhuma eliminatória, e haver uma avaliação em conjunto das 4 etapas. No entanto, vale a ressalva que havendo um grande número de candidatos e um número reduzido de avaliadores e professores no programa de pós-graduação, a avaliação por eliminação agiliza o processo e ofereceria posteriormente um bom atendimento ao aluno pesquisador.*



As minhas respostas não estão ainda levando em conta a questão da subjetividade e da relação que se estabelece entre candidato e professor avaliador. Questão de suma relevância, em que ética deve ser a mola mestra.

- 4- Na avaliação de um pré projeto, além de uma boa formulação do problema, objetivos, metodologia, consistência, a proximidade do caminho de vida e profissional do candidato com o seu caminho teórico é levado em consideração?

Como diz Boaventura de Souza, não há como desvincular o objeto de estudo de seu aspecto autobiográfico, problemática que pode ser observada no momento da entrevista e a ela deve ser dada a devida importância. No entanto, não podemos tirar a chance de o candidato optar por um outro caminho teórico, a todos a chance de continuar por novos caminhos. A própria maturidade do candidato, percebida nas etapas de seleção, por sua redação e argumentação pode ser avaliada e sentida pela banca examinadora. Não deve se esquecer que a prova de conhecimento é uma marca para se dizer se o candidato pode entrar na área de pesquisa a que se candidata.

- 5- A potencialidade do candidato é também levada em conta?

Primeiro é preciso entender a questão da potencialidade pelo aspecto de um mínimo de maturidade intelectual, segundo, deve-se levar em conta fatores subjetivos, da ordem, por exemplo, do nervosismo próprio de qualquer seleção, já que o esperado é a aprovação. E esse nervosismo pode ser relevado, ou melhor, amortecido por outros métodos de polidez.

- 6- Que princípios éticos o senhor entende que devem nortear o processo de uma seleção acadêmica de mestrado?

Quando falo em ética, uma série de questões podem ser levantadas, sem chance de esgotá-las. Alguns exemplos:

- não avaliar positivamente apenas um candidato, porque sua pesquisa tem muito a ver com a do professor que seleciona é não ter uma posição ética. O professor que seleciona pertence a uma “área” de estudos e não apenas a um objeto temático. E às vezes se o candidato não se coaduna com o objeto temático ele pode ser visto negativamente pelo possível orientador de uma área.

Uma questão é facilitar o trabalho do orientador, outra coisa é aceitar um trabalho de pesquisa que vai dar trabalho.

- 7- Já se deparou diante de algum caso em que o candidato a seu orientando tenha escrito um excelente pré projeto mas que foi reprovado em outras etapas? Como se sentiu?

Como disse acima, o ato de selecionar pressupõe inclusão de alguns e exclusão de outros. Muitas vezes, o professor que seleciona, partindo do pressuposto que seja portador de postura ética, se vê obrigado a “escolher”, devido o número de vagas



oferecidas. Nesse momento, vejo o selecionador em uma situação difícil, sem chances de “furar” as normas institucionais. A escolha tem de se processar!

- 8- Todo processo de distribuição de bolsas obedece a normas que variam de cada instituição. Você concorda com o modo que essa distribuição é feita na banca a qual o senhor participou?

O processo de distribuição em si é bem aquilatado, a questão, novamente, é ética, ou seja, que nota se dá a um candidato para alçá-lo ao direito à bolsa. Se temos um número reduzido de bolsas, podem ocorrer atitudes anti-éticas, do tipo de aumentar a nota para que seu candidato “escolhido” a priori da seleção seja o privilegiado, e aquele outro, com as mesmas chances, seja excluído. No fundo no fundo, toda situação pode estar pendendo mais para interesses individuais e políticos em detrimento de uma postura ética.

- 9- Me fale um pouco da relação, ainda que simbólica entre o senhor e seus possíveis orientandos ou candidatos a vagas direcionadas para o senhor e a relação, entre o senhor e a época que também participou de seleção de mestrado.

No topos de selecionador nunca esqueço do momento em que passei pelo processo de seleção. No entanto, naquele momento não sou mais o candidato e sim aquele que “escolhe” o candidato. A situação mudou. O rigor não deve ser abolido, mas a polidez pode ser continuamente agregada.

- 10- Como se vê diante de uma prova ou de uma entrevista, cuja função é dar uma nota ao candidato e que possivelmente possa levar a sua reprovação?

Estar diante de um candidato de ótimas qualidades intelectuais se faz mais fácil do que se ver diante de um candidato que muito quer, mas não tem o saber suficiente. Neste caso não é uma boa sensação, afinal é um indivíduo face a face, e a exclusão se faz necessária; respaldada por bons argumentos ou não, não deixa de ser um ato que fere.

- 11- Você vê a reprovação como uma exclusão?

Nesse caso não deixa de ser uma exclusão, o que não impede que se encoraje o candidato para novas tentativas. Aliás as inclusões que são feitas em seleção caminham juntas com as exclusões, processos que caminham juntos. A exclusão se torna uma violência quando é feita fora da ética. No entanto a forma de exclusão e a polidez pode ser um encorajamento para novas tentativas. Por exemplo, como posso aprovar um professor com dislalia, como posso aprovar um futuro pesquisador sem capacidade de concentração? A questão da inclusão e da exclusão é muito séria, mas inevitável em nosso sistema universitário.

Já passei por um processo de exclusão em uma etapa de seleção em pós-graduação, tomei conhecimento de fatos políticos, mas as estruturas não são fixas, tanto que estou aqui respondendo seu questionário “incluída” no sistema universitário, de que forma



não interessa, pois tornaria essa resposta um desabafo, o que acho que não é o caso de sua pesquisa.

- 12- Pelo tempo em que compõe bancas de seleção de mestrado, já se deparou com alguma eliminação ou classificação em que não concordasse, mas que teve de ceder diante das políticas representacionais do sistema de seleção?

Uma pergunta comprometedora, sem dúvida. Muito particularmente, acho que tenho a sorte grande, comigo mesmo diante da ética, pelo próprio percurso de minha vida acadêmica. Prefiro passar um aluno do que eu ser o agente da reprovação. Aprendi com um grande mestre na minha vida, que o próprio candidato, agora não mais, pois foi aprovado, se auto-exclui por não conseguir acompanhar o grupo. Não podemos esquecer que muitos candidatos não têm, em princípio, a mínima chance, tendo em vista um vazio intelectual muito claro. Nesse caso, reprová-lo é uma prova da seriedade do professor que seleciona.

- 13- Na sua opinião, um outro modelo, diferente, talvez melhor é possível?

Acho que em um momento de seleção em pós-graduação em um Brasil atual, podemos fazer pequenos ajustes de uma agência muito particular no ato da seleção, mas não há como eliminar esse processo. Somos um país ainda com muito problemas de escolaridade. Eu me pergunto, eu posso conceder a um indivíduo sem capacidade o título de pesquisador? Não estaria nessa pergunta, mesmo de caráter excludente, uma postura ética responsável?

Todas as suas perguntas se baseiam muito em modelos, mas devemos lembrar que modelos podem ser modificados, desde que os agentes desses modelos também sejam transformados. Suas perguntas se dirigem muito para uma intervenção e eliminação do centro do poder. Vejo, no momento, em qualquer centro de poder, dificuldades e lutas para eliminá-lo e até deslocá-lo, mas já vejo também a possibilidade de uma agência pelas bordas, ou seja, se cada sujeito nessa relação, tanto candidato à academia quanto selecionador à academia, se preocupasse com seus pequenos atos, já seria um grande passo.

Somos, tanto o candidato como o selecionador de candidato, etnocêntricos, cada um acha a sua Verdade com letra maiúscula, sem olhar as verdades que nos cercam. Ou seja, o candidato reprovado ferido, o selecionador o vencedor. Não acho que nesse tatame está a questão, e sim na postura ética, que desloca até os conceitos de Verdade e de verdades.

Anexo 2 - ENTREVISTA COM O CANDIDATO À ACADEMIA



1) Quais as suas expectativas com relação à vida acadêmica?

Bem, sempre vi na vida acadêmica, sendo bem sincero, uma maneira de atingir bens culturais e por conseguinte bens econômico o que iriam me proporcionar uma vida melhor, condições de vida melhor. Penso que uma vez estando na academia, todas as discussões que serão feitas ali farão de mim um ser humano melhor, mais consciente e lúcido do mundo que vejo, que me cerca.

2) Fez alguma disciplina como ouvinte para estudar o terreno antes de optar para uma seleção de mestrado? Como se deu esse contato com o professor para o qual pretendia se candidatar?

Sim, fiz uma disciplina e um seminário. A disciplina que fiz foi tranquila, o contato se deu sempre de uma maneira muito amistosa, mas o professor, sempre que fazia alguma pergunta sobre a seleção ou pedia ajuda de algum modo se esquivava, dizia que não podia ajudar. Daí que eu perguntei a outro candidato e ele falou que aquele mesmo professor não se negou a dar uns toques e tal. Fiquei muito chateado, mas já tinha ouvido histórias como essa já... No seminário, com outro professor, também foi bem tranquilo. Mas ele já não se opôs a me dar alguma orientação.

3) Você apresentou um projeto?

3.1- Como se sentiu em sua confecção? Fale sobre seus estudos, dificuldades e satisfações

Foi muito difícil pra mim. Como fazia 5 anos que havia colado grau e não tinha feito especialização e nem tinha sido bolsista, eu não possuía experiência nenhuma em escrever pré-projeto/projeto, em escrever nada, até porque na graduação isso também não era exigido.

3.2- Teve alguma ajuda de algum professor, mestrando...?

Na primeira seleção que fiz fui lá né, pedir ajuda aos colegas que fiz na disciplina que fiz como aluno especial. Na segunda seleção o professor me deu uma dica, falou do tema com que trabalhava, se mostrou atencioso, e olhe que já tinha enviado e-mail pra vários outros, mas apenas esse me respondeu com atenção.

3.3- Como teve acesso à bibliografia que deveria usar no projeto?

Em todas elas tive, assim, mais ou menos. Na verdade tinha lá falando sobre o professor e tinha que entrar no lattes dele e tal pra ir ver os autores com quem ele trabalhava.

3.4- Ofereceram algum roteiro/normas para alcançar o seu objetivo na elaboração do pré-projeto?

Sim, ofereceram, pelo menos no que diz respeito ao pré-projeto Mas aquilo é muito complicado de se fazer quando vc não sabe fazer. É como se fosse um manual de instruções onde nunca estamos certos se estamos apertando o botão certo porque nunca vimos aquela máquina e não tem ninguém pra te dizer se tá no caminho certo ou errado. É muito muito mais difícil.

4) Além do projeto, você fez alguma prova?



Sim, fiz.

Quais? De proficiência e de conhecimentos específicos

Fale sobre elas

Bem, as provas foram legais, me saí bem em todas as seleções que participei. Estudei pra caramba os textos que disponibilizaram nos editais. Fiz boa prova em todas elas. E a de inglês também foi legal, também me saí bem.

5) Como avalia as etapas de seleção que você participou?

Sabe, eu aceito as normas e as regras de uma seleção de mestrado, afinal, tudo tem que ter regra né... só não entendo como eles fazem essas correções. Acho errado uma prova de proficiência reprovar aluno, acho sim. Acho que os professores poderiam ser mais atenciosos, tranquilos. Sei de muitas histórias de professor que ajuda a uns alunos e a outros não. Aí não entendo como pode dar certo um negocio desses.

6) No processo de seleção teve entrevista com professor ou uma banca?

Comente como se sentiu.

Foi horrível... Me senti muito, mas muito mal mesmo. O nervosismo começa no corredor onde geralmente esperamos ser chamados. Alí até tentamos relaxar, conversando uma coisa ou outra com um outro candidato, mas quando um demora a sair da sala a apreensão vai tomando conta... Tinha uma idéia do que poderiam perguntar, mas na hora, é tudo confuso, são 3 professores bombardeando você de perguntas sobre um tema que você tem que ter total domínio do que pretende trabalhar nos próximos anos da sua vida. É um negócio absurdo... e sabemos que quanto mais nervoso ficamos, pior vai ficando de explicar sobre nosso tema.

7) Que princípios éticos você entende que devem nortear uma seleção acadêmica de mestrado?

Acho assim, que se o professor ajuda um candidato, tem que ajudar a todos, se orienta um tem que orientar a todos os que o procuram. Não acontece bem assim, vejo casos de colegas que tiveram ajuda do professor e outros não tiveram, eu por exemplo não tive na primeira seleção que participei. Acho também que o professor num tem que trabalhar com um tema de pesquisa que tá ligado diretamente a sua pesquisa, acho que tem que haver uma avaliação que vá além dessa questão. Não sei que ética é essa que diz que o professor pode orientar uns e outros não.

8) Como se sentiu em uma situação de avaliação, de concorrência com outro colega?

É muito muito ruim... Sei que tem que haver competição, mas é cruel, a gente tá ali, esperando a hora da prova e a gente olha para o colega e pensa se ele tá melhor preparado que você, tem medo de que ele vá tirar sua vaga... sabe, por mais seguro que você seja, a gente não sabe nada do outro, acabamos por ir desejando coisas estranhas ao outro, para que a gente se saia melhor, sei lá, esses momentos de competição me fazem sentir coisas que não costumo sentir quando não me vejo em uma situação de competição.



9) Como se sentiu diante de uma reprovação?

É muito ruim, péssimo, porque a gente se prepara um bocado, dá o sangue e aí você não passa, depois você nem pode ir atrás de saber porquê, porque eles dizem que não pode, porque o processo ainda tá correndo e tal. Aí depois que o processo acaba você já tá cansado, danado da vida, não quer mais saber de nada, acaba deixando pra lá, você sabe que não vai dar nada mesmo, nunca deu.

10) Para os aprovados, como se sentiu com relação aos colegas reprovados?

11) Discorra, dando sua opinião, sobre a forma como se faz a seleção de mestrado?

Acho tudo muito confuso, as regras não são tão claras, não entendo que ética é essa que eles usam nessas seleções, escuto tanta coisa feia de candidatos reprovados e até de candidatos aprovados que assusta sabem você fica meio descrente. Mas daí você é pobre, tem que pra ter uma vida melhor estudar mais, ter um título, aí você tem que correr atrás. Concordando ou não, se a gente for reclamar num dá em nada mesmo. Foi o que aconteceu na primeira vez que reprovei, fui lá reclamar e não deu em nada, nunca ouvi falar de um caso em que alguém foi reclamar e foi atendido.

12) Na sua opinião, um outro modelo, diferente, talvez melhor, é possível?

Claro que sim, sempre será possível. Se o processo for mais transparente e justo, acho que dá pra melhorar sim e muito.